



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680069 - SP (2021/0218748-2)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS RUIZ CALEJON -  
SP292134  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : NELSON GARNICA MARCA  
**PACIENTE** : MARIA EUGENIA FLORES CHARUPA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NELSON GARNICA MARCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002156-48.2015.8.26.0191).

Os pacientes foram condenados em primeira instância pela prática do crime de redução de pessoas à condição análoga a de escravos. Em apelação, o Tribunal de origem manteve as condenações, todavia reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva para a paciente Maria Eugênia Flores Charupa.

A impetrante sustenta que o acórdão recorrido violou a competência da Justiça Federal, expressamente prevista na Constituição Federal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado até o julgamento final do presente *writ*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja decreta a nulidade de todo o processo, com a declaração da prescrição da pretensão punitiva para os pacientes, se o caso, além da remessa dos autos ao Ministério Público Federal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se, por oportuno, que em consulta processual no sítio eletrônico do TJSP, consta ao transitado em julgado para o Ministério Público em 3/12/2021.

Por outro lado, não há notícia nos autos de que a matéria em torno da competência teria sido apreciada pelo Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente